

Arquivos Catarinenses; uma reavaliação

por *Walter F. Piazza*

Vimos, periodicamente, fazendo avaliação da situação arquivística em nosso Estado de Santa Catarina¹, dentro do desenvolvimento dos nossos projetos de pesquisa histórica.

Após o 1º Encontro de Arquivos Catarinenses, Florianópolis, (setembro de 1984), pensamos e, agora, realizamos uma reavaliação do quadro arquivístico em Santa Catarina, diante da qual cabe-nos categorizá-lo em arquivos públicos e particulares.

No rol dos Arquivos Públicos, além do Arquivo Público do Estado de Santa Catarina², tem-se os arquivos municipais, bem como os arquivos dos poderes legislativos e judiciários.

Quatro arquivos municipais merecem referência pela sua organização: o Arquivo Histórico “José Ferreira da Silva” da Fundação “Casa Dr. Blumenau”, ligado, administrativamente, à Prefeitura Municipal de Blumenau, tendo, neste momento, em construção, a sua sede definitiva, o Arquivo Histórico Municipal de Joinville, também em vias de ver construído seu prédio próprio, o Arquivo da Sociedade Amigos de Brusque — entidade particular estruturada para salvaguardar, a partir de 1960, os valores históricos daquela comunidade —, também com sede própria, e, por fim, a Fundação “Genésio Miranda Lins”, de Itajaí, que, desenvolve, agora, a estruturação do seu Arquivo Municipal, localizada, por sua vez, em instalações condignas.

No que tange aos arquivos judiciários há que ressaltar, além dos do Tribunal de Justiça do Estado e do Tribunal Regional Eleitoral, os existentes nas diferentes comarcas.

Pela sua organização não se pode deixar de referir o da Comarca de São Francisco do Sul, instalada em 1834, e que tem, hoje, o seu acervo arrumado, cronologicamente, já existindo do mesmo um catálogo datilografado, com os dados essenciais, facilitando, sobremodo, aos pesquisadores³.

De outra parte há, devidamente resguardado, mas, necessitando de melhor tratamento o Arquivo da Comarca da Laguna, sob a guarda do Museu “Anita Garibaldi”, daquela cidade do sul-catarinense.

No que tange aos arquivos particulares, há aqueles eclesiásticos, os de empresas e, enfim, de outras entidades.

No que se refere aos arquivos eclesiásticos, podemos referirmos aos Arquivos de Cúrias Diocesanas, de Paróquias e os de Congregações Religiosas.

O arquivo da Cúria Arquidiocesana de Florianópolis, bem instalado, reúne não só livros de eventos vitais de paróquias da sua circunscrição, anteriores a 1940, mas, também, vasta documentação sobre o clero que atuou e atua em sua área, bem como sobre as congregações religiosas e os seus movimentos eclesiais. Tudo isto com bom arranjo, fácil acessibilidade ao pesquisador e boas condições de trabalho para a pesquisa⁴.

As demais Dioceses catarinenses oferecem várias formas de apresentação dos seus acervos.

A Diocese de Lages, criada em 1927, “não centraliza os livros de eventos vitais das suas — vinte — diferentes paróquias. Mantém sim um arquivo histórico. E um resumo de 400 páginas do histórico da Diocese”⁵.

A Diocese de Joinville, criada, também, em 1927, contando com 35 paróquias está organizando o seu arquivo, que apresenta bom estado de conservação e boa acessibilidade ao pesquisador⁶.

A Diocese de Tubarão, criada em 1954, contando com 50 paróquias, não mantém em seu arquivo os livros de eventos vitais e de tombo, que se encontram nas respectivas paróquias⁷.

A Diocese de Chapecó, criada em 1958, contando com 38 paróquias, como as demais, não tem, ainda, um arquivo histórico organizado.

A Diocese de Rio do Sul, criada em 1968, contando com 33 paróquias, adota, também, os mesmos métodos das demais⁸.

A Diocese de Caçador, criada em 1968, contando 22 paróquias centralizando, somente, em seu arquivo, os livros de batizados, já completos, das diferentes paróquias.

A Diocese de Joaçaba, criada em 1975, contando com 20 paróquias, também adota o sistema descentralizador para os livros de eventos vitais.

No que tange aos arquivos de congregações religiosas temos notícia pormenorizada daqueles referentes às Irmãs da Divina Providência, em Florianópolis⁹, e dos Padres do Sagrado Coração de Jesus, este formando o “Arquivo Histórico Pe. Gabriel Lux”, em Brusque¹⁰.

Evidentemente, outras congregações religiosas possuem arquivos, mas deles nos faltam as informações devidas.

Há, ainda, que fazer referência às Igrejas de confissão luterana, existentes no Estado e das quais não se possui, ainda, também, uma avaliação dos seus arquivos.

Algumas empresas industriais e comerciais têm aberto os seus arquivos para os pesquisadores. Tal é o caso da Cia. Hering¹, da Empresa Carl Hoepcke², e das Empresas do Grupo Stein³.

Tais arquivos são de importância na focalização da História Econômica da terra catarinense!

CONCLUSÕES

Analisando a dependência administrativa dos arquivos catarinenses, a sua localização, o seu pessoal, as suas necessidades, enfim, se tem algumas considerações a fazer.

1. Não há uma política estadual de incentivo à formação de arquivos históricos municipais.

2. Há necessidade de um conhecimento real do conteúdo arquivístico disseminado nos arquivos públicos e particulares.

3. Todos os arquivos catarinenses — de acordo com dados coligidos — não têm pessoal formado em Arquivologia. Em alguns exercitam atividades técnicas pessoal formado em Biblioteconomia, com cursos de especialização em áreas afins. Resulta daí a necessidade imperiosa de se estruturar Curso Superior de Arquivologia, no Estado.

4. Há necessidade de serem catalogados e indexados os acervos arquivísticos existentes, para que se possa dinamizar a sua utilização pelos pesquisadores.

NOTAS DE RODAPÉ

1. PIAZZA, Walter F. & ALMEIDA, Rufino Porfírio. **Os Arquivos brasileiros: a situação em Santa Catarina**. Belo Horizonte, 27ª Reunião da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, jul. 1975. p. 684.
PIAZZA, Walter F. **Fontes para a história de Santa Catarina: análise e perspectiva**. Franca, SP., 1ª Semana da História, **Memória**, 1979. p. 393-409.
2. PIAZZA, Walter F. & SOARES, Iaponan. **O Arquivo Público do Estado de Santa Catarina — Fundos referentes ao Poder Legislativo Estadual**. Franca, SP., 5ª Semana da História, **Memória**, 1984. p. 395-398.
3. A sua organização se deve ao dr. Eralton Viviani, dd. juiz de direito da 1ª Vara da Comarca e Diretor do Foro local.

4. MATOS, Ênio de Oliveira. **Arquivo Histórico-Eclesiástico de Santa Catarina: uma contribuição para a história catarinense.** 1º Encontro de arquivos Catarinenses, inédito.
5. Carta do Pe. Andreas Wiggers, a 11-5-1981, ao autor.
6. Carta do Pe. José Chafi Francisco, Arquivista da Diocese, a 27-5-1981, ao autor.
7. Carta de Dom Anselmo Pietrulla, Bispo de Tubarão, a 9-5-1981, ao autor.
8. Carta do Pe. Tiago Heinzen, Secretário interino do Bispado, a 13-5-1981, ao autor.
9. RABUSKE, Ana Marta. **Arquivo Histórico da Sociedade Divina Providência (Congregação das Irmãs da Divina Providência) em Santa Catarina.** 1º Encontro de Arquivos Catarinenses, inédito.
10. KOCH, Dorvalino scj. **Arquivo Provincial Padre Lux.** 1º Encontro de Arquivos Catarinenses, inédito.
11. COLOMBI, Luís Vendelino. **Industrialização em Blumenau; o desenvolvimento da Gebrüder Hering, 1880-1915.** Florianópolis, Universidade Federal de Santa Catarina, 1979. (Dissertação de Mestrado).
12. CZESNAT, Ligia de Oliveira. **As estruturas das atividades comerciais da Empresa Carl Hoepcke & Cia., no contexto catarinense.** Florianópolis, Universidade Federal de Santa Catarina, 1980. (Dissertação de Mestrado).
13. ALMEIDA, Rufino Porfírio. **A Empresa Com. e Ind. Germano Stein S.A. (1883-1983) estudo histórico-econômico-financeiro de uma empresa centenária.** São Paulo, Universidade de São Paulo, 1985. (Tese de Doutorado).

